



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E APOIO À  
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ETA III – TURVO LIMPO, NO MUNICÍPIO DE  
VIÇOSA/MG**

**VIÇOSA/MG  
FEVEREIRO/2026**



## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
2/7

### ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

#### 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O presente Anexo estabelece as regras aplicáveis ao Processo Administrativo Punitivo (PAP) destinado à apuração de infrações eventualmente praticadas pela CONTRATADA no âmbito da prestação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da ETA III – Turvo Limpo – Viçosa/MG.

1.2. As disposições aqui previstas aplicam-se exclusivamente ao contrato decorrente desta licitação, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021, das disposições constantes do Capítulo 7 – Infrações e Sanções do Termo de Referência, e demais normas pertinentes.

1.3. A instauração e o julgamento do PAP observarão os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

1.4. A apuração de responsabilidade da CONTRATADA poderá ocorrer sempre que houver indícios de descumprimento de obrigações contratuais, falhas técnicas relevantes ou condutas que comprometam a regularidade da execução do contrato.

1.5. A aplicação de penalidade dependerá de processo formal, com garantia de defesa prévia, sendo vedada a imposição automática de sanções.

1.6. A responsabilização da CONTRATADA não exclui a possibilidade de apuração de responsabilidade civil por eventuais danos causados à Administração, nem impede a adoção de medidas contratuais necessárias à proteção do interesse público.

1.7. As penalidades previstas neste Anexo têm caráter administrativo e contratual, não substituindo eventuais sanções de natureza civil ou penal quando cabíveis.

#### 2 – DO RITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

2.1. Constatada possível infração contratual, a fiscalização do contrato deverá registrar formalmente a ocorrência em relatório circunstanciado, contendo:

- I – descrição objetiva dos fatos;
- II – indicação da obrigação contratual supostamente descumprida;
- III – elementos técnicos e documentos comprobatórios;
- IV – eventual impacto na execução do contrato.

2.2. O relatório será encaminhado à autoridade competente para análise preliminar quanto à existência de indícios suficientes para instauração do PAP.

2.3. Verificada a existência de indícios, será expedida notificação formal à CONTRATADA, contendo:

- I – descrição clara e detalhada da infração imputada;
- II – indicação dos dispositivos contratuais e legais pertinentes;
- III – classificação preliminar da infração;
- IV – prazo para apresentação de defesa.

2.4. A CONTRATADA terá prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser ampliado pela autoridade competente em função da complexidade da matéria, para apresentação de defesa escrita, podendo juntar documentos, laudos técnicos, justificativas e demais elementos probatórios.

2.5. A autoridade competente poderá determinar a realização de diligências complementares, inclusive:



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**PUNITIVO**

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
3/7

- I – manifestação técnica da fiscalização;
- II – produção de parecer técnico especializado;
- III – solicitação de esclarecimentos adicionais à CONTRATADA;
- IV – emissão de parecer jurídico, quando necessário.

2.6. Encerrada a fase de instrução, será proferida decisão motivada, contendo:

- I – análise dos fatos e da defesa apresentada;
- II – enquadramento da conduta;
- III – indicação da penalidade aplicável, se for o caso;
- IV – fundamentação técnica e jurídica.

2.7. A decisão administrativa deverá ser proferida em prazo razoável, devidamente justificado nos autos, observado o princípio da duração razoável do processo, cabendo recurso administrativo, nos termos da legislação vigente prevista na Lei nº 14.133/2021.

2.8. A aplicação da penalidade somente produzirá efeitos após decisão definitiva no âmbito administrativo.

2.9. A instauração do PAP não impede a adoção de medidas contratuais preventivas necessárias à continuidade dos serviços, desde que devidamente fundamentadas.

2.10. A autoridade competente poderá, de forma motivada, adotar medidas cautelares necessárias à proteção do interesse público, tais como suspensão de pagamentos, retenções contratuais, determinação de correções imediatas ou outras providências urgentes, sem prejuízo da continuidade da execução contratual, quando possível.

### **3 – DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS**

3.1. Constituem infrações contratuais, para fins deste Anexo, as condutas ou omissões da CONTRATADA que importem no descumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável, considerando também os riscos alocados à CONTRATADA conforme a Matriz de Riscos (Anexo VIII), quando aplicável.

3.2. Para fins de dosimetria e aplicação de penalidades, as infrações serão classificadas segundo sua gravidade, considerando:

- I – a natureza da obrigação descumprida;
- II – a existência de dolo ou culpa;
- III – a extensão do prejuízo causado à Administração;
- IV – o impacto sobre o cronograma, o controle físico-financeiro ou a qualidade técnica da obra;
- V – a reincidência.

3.3. As infrações classificam-se em:

- I – Infrações Leves;
- II – Infrações Moderadas;
- III – Infrações Graves;
- IV – Infrações Gravíssimas.

#### **3.4. Infrações Leves**

Consideram-se infrações leves aquelas que:

- I – não causem prejuízo relevante à execução da obra;
- II – não comprometam o controle técnico ou contratual;



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**PUNITIVO**

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
4/7

III – sejam passíveis de correção imediata sem impacto significativo.

Exemplos:

- a) atraso eventual na entrega de relatórios técnicos, sem impacto no cronograma da obra;
- b) falhas formais ou inconsistências documentais de baixa relevância;
- c) descumprimento isolado de rotinas administrativas previstas no plano de trabalho.

### 3.5. Infrações Moderadas

Consideram-se infrações moderadas aquelas que:

- I – comprometam temporariamente o acompanhamento técnico da obra;
- II – gerem retrabalho à Administração;
- III – representem reincidência de infração leve.

Exemplos:

- a) atraso reiterado na análise de projetos executivos;
- b) falha na conferência tempestiva de medições;
- c) ausência injustificada de profissional-chave em atividades técnicas previamente programadas.

### 3.6. Infrações Graves

Consideram-se infrações graves aquelas que:

- I – comprometam de forma relevante a qualidade técnica do gerenciamento;
- II – afetem o controle físico-financeiro do contrato principal;
- III – gerem risco concreto de dano ao erário ou à regularidade da obra.

Exemplos:

- a) omissão na identificação de irregularidades técnicas relevantes;
- b) validação indevida de medições incompatíveis com os serviços executados;
- c) descumprimento reiterado de obrigações contratuais essenciais.

### 3.7. Infrações Gravíssimas

Consideram-se infrações gravíssimas aquelas que envolvam:

- I – dolo, fraude ou má-fé;
- II – conluio com terceiros;
- III – falsificação de documentos ou relatórios técnicos;
- IV – manipulação deliberada de informações relativas à execução da obra;
- V – condutas que comprometam a lisura do procedimento contratual ou causem dano relevante à Administração.

3.8. O enquadramento da infração deverá ser devidamente fundamentado na decisão administrativa, vedada a aplicação automática de penalidades.

3.9. Quando uma mesma conduta puder ser enquadrada em mais de uma categoria, deverá prevalecer o enquadramento mais específico, vedada a dupla penalização pelo mesmo fato, nos termos do princípio do *non bis in idem*.

## 4 – DAS PENALIDADES E DOSIMETRIA



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**PUNITIVO**

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
5/7

#### 4.1. Das Penalidades Aplicáveis

4.1.1. As infrações contratuais poderão ensejar a aplicação das seguintes penalidades, observada a gravidade da conduta e os critérios de dosimetria previstos neste Anexo:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade.

4.1.2. A aplicação de penalidade dependerá sempre de decisão motivada após regular PAP.

4.1.3. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

#### 4.2. Das Multas

4.2.1. A aplicação de multa poderá ocorrer cumulativamente com a glosa de valores em medições, nos termos do Capítulo 8 do Termo de Referência, especialmente nos casos de serviços executados em desconformidade ou não aceitos pela fiscalização. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- I – descumprimento de prazos contratuais;
- II – falhas técnicas na execução dos serviços;
- III – descumprimento de obrigações administrativas;
- IV – inexecução parcial ou total do contrato.

4.2.2. A multa será fixada de acordo com a classificação da infração:

- I – Infrações Leves: Multa de até 0,5% (meio por cento) do valor mensal do contrato.
- II – Infrações Moderadas: Multa de até 1% (um por cento) do valor mensal do contrato.
- III – Infrações Graves: Multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- IV – Infrações Gravíssimas: Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

4.2.3. O percentual aplicado será definido considerando:

- I – extensão do dano;
- II – grau de culpa ou dolo;
- III – vantagem auferida;
- IV – reincidência;
- V – cooperação da CONTRATADA para correção da falha.

4.2.4. O somatório das multas aplicadas no curso do contrato não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, salvo nos casos de dolo ou fraude comprovada, quando poderá atingir até 20% (vinte por cento), mediante decisão fundamentada, respeitado o limite global previsto neste item.

#### 4.3. Advertência

4.3.1. A advertência poderá ser aplicada nos casos de infração leve, quando a irregularidade for de pequena relevância e passível de correção imediata.

4.3.2. A advertência será formalizada por escrito e registrada nos autos do contrato.

#### 4.4. Impedimento de Licitar e Contratar



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**PUNITIVO**

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
6/7

4.4.1. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado nos casos de infrações graves ou gravíssimas, especialmente quando houver:

- I – inexecução contratual relevante;
- II – comportamento reiteradamente inadequado;
- III – descumprimento injustificado de obrigações essenciais.

4.4.2. O prazo do impedimento será fixado conforme a gravidade da conduta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.5. Declaração de Inidoneidade**

4.5.1. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada nos casos de infrações gravíssimas, especialmente quando houver dolo, fraude ou prática de atos ilícitos que comprometam a lisura do contrato.

4.5.2. A declaração de inidoneidade observará o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### **4.6. Critérios Gerais de Dosimetria**

4.6.1. A penalidade será fixada considerando:

- I – gravidade da infração;
- II – circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- III – prejuízo causado à Administração;
- IV – reincidência;
- V – conduta colaborativa da CONTRATADA.

4.6.2. A aplicação da penalidade deverá ser devidamente fundamentada na decisão administrativa.

### **5 – DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES**

#### **5.1. Circunstâncias Agravantes**

5.1.1. Constituem circunstâncias agravantes, para fins de dosimetria da penalidade:

- I – reincidência específica ou genérica;
- II – dolo ou má-fé comprovada;
- III – tentativa de ocultação da irregularidade;
- IV – prejuízo relevante ao controle técnico ou financeiro da obra;
- V – descumprimento de determinação expressa da fiscalização;
- VI – obtenção de vantagem indevida.

5.1.2. A presença de circunstância agravante poderá justificar a aplicação da penalidade em percentual mais elevado dentro da faixa prevista para a respectiva categoria de infração.

#### **5.2. Circunstâncias Atenuantes**

5.2.1. Constituem circunstâncias atenuantes:

- I – inexistência de prejuízo relevante à Administração;
- II – pronta comunicação da irregularidade pela própria CONTRATADA;
- III – adoção imediata de medidas corretivas eficazes;
- IV – colaboração efetiva com a apuração dos fatos;
- V – histórico contratual satisfatório.

5.2.2. A presença de circunstância atenuante poderá justificar a redução do percentual da multa dentro da faixa



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**PUNITIVO**

Nº \_\_\_\_\_

DATA: 11/02/2026

Folha  
7/7

aplicável ou a substituição por advertência, quando cabível.

### 5.3. Reincidência

5.3.1. Considera-se reincidência a prática de nova infração da mesma natureza durante a vigência contratual.

5.3.2. A reincidência poderá ensejar:

- I – majoração do percentual da multa;
- II – reclassificação da infração para categoria superior;
- III – aplicação de penalidade mais gravosa, mediante fundamentação.

### 5.4. Previsão De Acordo / Ajuste

5.4.1. Poderá ser admitida, a critério da Administração, a celebração de compromisso de ajustamento de conduta ou plano de correção, quando a infração for passível de saneamento e não houver prejuízo relevante ao interesse público.

## 6 – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E VEDAÇÕES

### 6.1. Vedação ao Bis in Idem

6.1.1. É vedada a aplicação de mais de uma penalidade pelo mesmo fato gerador, salvo quando expressamente justificável a cumulação, nos termos da legislação.

6.1.2. Quando uma mesma conduta puder ser enquadrada em mais de uma categoria de infração, deverá prevalecer o enquadramento mais específico.

### 6.2. Limite Global das Penalidades

6.2.1. O somatório das multas aplicadas durante a vigência contratual não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, salvo nos casos de dolo ou fraude comprovada.

6.2.2. A aplicação de multa não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração.

### 6.3. Registro e Publicidade

6.3.1. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais pertinentes, quando exigido pela legislação.

6.3.2. Nos casos de impedimento ou declaração de inidoneidade, será observada a publicidade prevista na Lei nº 14.133/2021, incluindo, quando aplicável, o SICAF, CEIS, CNEP e outros cadastros oficiais previstos na legislação vigente.

### 6.4. Aplicação Subsidiária

6.4.1. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares pertinentes.

6.4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, mediante decisão fundamentada.